



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2010.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A - CEMAT**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2010, às 09:00 horas, na sede social, na Rua Manoel dos Santos Coimbra nº 184 – Cuiabá - MT, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2009;
- b) Aprovação da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração;

- d) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2010.

Nos termos das Instruções CVM nº 165/91, 282/98 e 481/09, informa-se que os acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Companhia, em sua sede social, bem como através das páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembleia munido dos documentos hábeis de sua identidade e/ou representatividade, bem como de comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou em custódia. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento	Página
1.	Comentários dos Administradores	3
2.	Destinação dos Resultados	41
3.	Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal	52
4.	Remuneração dos Administradores e Conselheiros	67

1. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

**(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).**

(Valores expressos em milhares de reais)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- Cemat (“Cemat” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso em que no exercício 2009 a receita bruta é composta por 96,7 % de clientes cativos.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias. No entanto, como nossas concessões rodoviárias e negócios de logística atendem a atividade de importação e exportação, também somos afetados pelo comércio internacional e condições econômicas globais.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,7% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,5% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

A Companhia opera predominantemente nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (representando 82,2% da receita operacional bruta da Companhia gerada pelas atividades de distribuição de energia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009) e o crescimento econômico nessas regiões pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Mato Grosso, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesses Estados. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso aumentou em média 7,4% ao ano, de 2007 a 2009. Em nossa concessão na região Centro Oeste teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 1,3% de 2007 a 2009. Além disso, a Companhia acredita que esses estados possuem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos,

jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$49,6 bilhões, dos quais R\$14,2 bilhões, R\$12,4 bilhões, R\$7,0 bilhões e R\$16,0 bilhões, respectivamente, serão destinados aos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, até 2010, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social é de R\$710.196.377,11 (setecentos e dez milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e setenta e sete reais e onze centavos), integralmente realizado e representado por 118.853.305 (cento e dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e três mil, trezentas e cinco) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 41.017.775 (quarenta e um milhões, dezessete mil, setecentas e setenta e cinco) ações ordinárias e 77.835.530 (setenta e sete milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, quinhentas e trinta) ações preferenciais.

As ações representativas do capital social da Companhia serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n. 6.404/76.

Os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria da Companhia, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

As ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, não terão direito de voto nas Assembleias Gerais e gozarão dos seguintes direitos:

- (i) recebimento de dividendos mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do Estatuto Social

da Companhia, e no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

(ii) prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os

investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2007	2008	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures	615,3	1.034,8	1.034,8
Total de Disponibilidade(1)	80,1	40,3	35,1
Dívida Líquida(2)	535,2	994,5	999,7

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e BID. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização concatenados com o retorno dos investimentos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos e financiamentos permaneceu ao mesmo patamar de R\$ 1.034,8 milhões em 2008 e de R\$ 1.034,8 milhões em 2009. Considerando-

se a dívida menos as disponibilidades (dívida líquida), o saldo passou de R\$ 994,5 milhões em 2008 para R\$ 999,7 milhões em 2009, representando um aumento de apenas 0,5% (R\$5,2 milhões).

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e encargos de dívida permaneceu estabilizado no patamar de R\$ 1.034,8 milhões. Do saldo total, 73,9 % (R\$ 764,5 milhões) são dívidas em moeda nacional e 26,1 % (R\$ 270,3 milhões) são dívidas em moeda estrangeira. Cabe ressaltar que, do total da dívida em moeda estrangeira, 79,2% estão protegidos por instrumentos de proteção contra variação cambial (“swap”).

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2007	2008	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	8,5	84,6	65,1
Moeda Nacional	37,9	157,0	255,7
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	243,9	358,4	205,2
Moeda Nacional	325,0	434,8	508,8
Total Geral	615,3	1.034,8	1.034,8

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

São demonstrado abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2009:

Eletrobrás: empréstimos tomados para expansão dos sistemas de sub-transmissão, distribuição, comercialização e Programa Luz no Campo. O empréstimo inicial é datado de julho/1996 e a data de vencimento do último empréstimo ocorrerá em agosto/2022, com amortização mensal, e as taxas de juros variam de 6% a 9,5% a.a., mais a variação do FINEL, todos os contratos

com carência de dois anos para o início das amortizações. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela em agosto/2006 e a última parcela em abril/2022, com encargos de 6% a.a.. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Eletrobrás: houve a liberação da 1ª parcela no mês de agosto/2008, do contrato ECF 2673/2007, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, datado de 4/6/2008, com vencimento em novembro/2014, com prazo de amortização de 60 meses e carência de 15 meses a partir da 1ª liberação à taxa de juros de 5,0% a.a.. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Tesouro Nacional: Banco do Brasil S.A. – reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em 18/3/1998 e 22/9/1999 com taxas de juros que variam de 6,0% a 8,2% a.a., mais taxa libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento ocorrerá em abril/2024. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Finame: investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização. As taxas de juros variam de 4,2% a 4,5% a.a., mais a variação da URTJLP, a forma de amortização é mensal, e com vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2013. Este empréstimo possui garantia real por meio dos equipamentos.

Empréstimo “Unit Notes”: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50,0 milhões relativos à “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos em reais. Em agosto de 2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31,9 milhões, correspondentes a R\$ 61.231.

Moeda estrangeira - BID: a Companhia, em junho/06, toma empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$ 114,5 milhões dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75,0 milhões são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$ 39,5 milhões são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte A do financiamento terá o prazo total nove anos para liquida o, sendo três anos de carência e mais seis para amortiza o do principal. A parte B terá o prazo total de seis anos para liquida o, sendo três anos de carência e mais três anos para amortiza o. As amortiza oes tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte A   de Libor acrescida da taxa de 4,3% a.a. e a parte B de Libor acrescida da taxa de 3,9% a.a. mais varia o cambial. O principal da opera o foi protegido contra as oscila oes da varia o cambial (Swap) a taxas que variam entre 4,23% a 5,10% a.a. acrescido de IGPM. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebiveis.

iii. Grau de Subordina o entre as d vidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1.034,8 milhões, assim segmentados: (i) R\$350,8 milhões ou 33,9% de garantias reais por meio de recebiveis; (ii) R\$214,2 milhões ou 20,7% estavam garantidos por aval do Acionista Controladore, Rede Energia S.A. (“Rede”); (iii) R\$273,2 milhões ou 26,4% de garantias reais por meio de recebiveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A.; e (iv) R\$300,1 milhões ou

29,0% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da CEMAT, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. O empréstimo do BID é garantido pela Rede e exigem que os acionistas controladores da CEMAT, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à CEMAT e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos nos respectivos contratos de concessão permanecerão válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA¹ (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

¹ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede concorda em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia, de sua titularidade, que poderiam causar a sua perda da posição de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da CEMAT em circulação.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 9,8%, passando de R\$ 1.997,4 milhões em 2008 para R\$ 2.192,9 milhões em 2009. A receita operacional líquida do exercício de 2009 foi de R\$ 1.364,3 milhões, representando um aumento de 9,2% em relação à receita verificada em 2008. Esse incremento foi influenciado pelo crescimento do mercado consumidor em 4,9%, em consequência do crescimento ocorrido no consumo das classes residencial e comercial e do aumento do preço médio da venda de energia elétrica em 4,6%.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 789,8 milhões em 2009,

o que representa um acréscimo de 18,3% em relação aos R\$ 667,9 milhões de 2008, principalmente devido ao aumento dos custos dos encargos de uso do sistema em 119,8%. Em 2009, no valor da Tarifas de Uso do Sistema foi acrescentada uma parcela relativa ao uso do Sistema de Transmissão das Geradoras, ligadas à rede da CEMAT. Essa alteração foi informada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.

Custo da Operação

O Custo de Operação foi de R\$ 215,6 milhões em 2009 e R\$ 255,5 milhões em 2008, representando uma redução de 15,6%. Essa redução foi principalmente influenciada pelo final do contrato de terceirização dos custos de operação e manutenção das usinas térmicas no Baixo Araguaia, bem como pela redução do custo de matéria prima e insumos para produção de energia elétrica, ocasionada pela interligação da região do Araguaia ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram elevação de 16,1%, passando de R\$ 79,7 milhões em 2008 para R\$ 92,6 milhões em 2009, principalmente devido à elevação de 19,0% nas despesas com vendas e 16,9% nas despesas gerais e administrativas.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 351,1 milhões em 2008 para R\$ 380,5 milhões em 2009, representando um incremento de 8,4%. Esse aumento foi principalmente em razão do crescimento de 4,9% no mercado consumidor, com consequente reflexo na receita operacional líquida que cresceu 9,2%, e também da redução de 15,6% no custo das operações.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 84,6 milhões em 2008 para R\$ 167,0 milhões em 2009, influenciado pelo crescimento de 8,0% no resultado do serviço e pela evolução positiva do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$ 109,2 milhões em 2008 para uma despesa de R\$ 67,6 milhões em 2009.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 9,1%, passando de R\$ 1.830,2 milhões em 2007 para R\$ 1.997,4 milhões em 2008. A receita operacional líquida do exercício de 2008 foi de R\$ 1.249,6 milhões, representando um aumento de 10,7% em relação à receita verificada em 2007. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 10,0%, em consequência da retomada das principais atividades econômicas do Estado, mencionadas no tópico “Mercado Consumidor”.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão totalizou R\$ 667,9 milhões em 2008, o que representa um acréscimo de 8,9% em relação aos R\$ 613,0 milhões de 2007, principalmente devido ao aumento da demanda.

Custo da Operação

O Custo da Operação foi de R\$ 255,5 milhões em 2008 e R\$ 215,6 milhões em 2007, representando um aumento de 18,5%. Esse incremento foi principalmente

influenciado pela terceirização dos custos de operação e manutenção das usinas térmicas no Baixo Araguaia, e atendimento aos Programas Luz Para Todos e Universalização, que também influenciaram para o aumento dos custos com pessoal e serviços de terceiros em 52,1% e 24,7%, respectivamente.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram redução de 6,8%, passando de R\$ 85,5 milhões em 2007 para R\$ 79,7 milhões em 2008, principalmente devido à redução de 24,5% nas despesas com vendas. Essa rubrica (despesas com vendas), por sua vez, foi influenciado pela redução de 15,3% (ou R\$ 2,9 milhões) nas despesas com serviços de terceiros (diferentemente dos serviços de terceiros que compõem o custo da operação, comentado em parágrafo anterior, estes não estão relacionados aos serviços de campo) e redução de 271,9% (ou R\$ 5,1 milhões) no item provisão (líquida de reversão).

EBITDA

O EBITDA da Companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação das demonstrações dos fluxos de caixa, aumentou de R\$ 311,7 milhões em 2007 para R\$ 351,1 milhões em 2008, representando um incremento de 12,7%. Esse aumento foi principalmente em razão do crescimento de 10,0% no mercado consumidor, com conseqüente reflexo na receita operacional líquida que cresceu 10,7%, e redução de 6,8% nas despesas operacionais.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 98,7 milhões em 2007 para R\$ 84,6 milhões em 2008, influenciado pela variação do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$ 80,7 milhões em 2007 para uma despesa de R\$ 109,2 milhões em 2008, principalmente devido às variações monetárias líquidas (considerando a receita com *swap* de R\$ 36,7 milhões em 2008 e a despesa com

swap de R\$ 35,8 milhões em 2007), que passaram de uma receita de R\$ 0,8 milhão em 2007 para uma despesa de R\$ 90,7 milhões em 2008.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$35,1 milhões, comparados a R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$5,2 milhões ou 12,9% ocorreu, principalmente, em decorrência da redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$ 35,9 milhões, compensado pela redução nos desembolsos para investimentos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$378,5 milhões, comparados com R\$360,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 18,4 milhões ou 5,1%, ocorreu, principalmente, em virtude das do aumento do faturamento, porém se comparado com o exercício de 2008 a relação existente de consumidores por receita sofreu uma pequena melhora passando de 18% em 2008 para 17,3% em 2009.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$15,1 milhões, comparados com R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de

R\$ 3,5 milhões ou 18,8% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos clientes.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$27,1 milhões, comparado a R\$15,4 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 11,7 milhões ou 76% ocorreu em decorrência do aumento do ICMS a recuperar oriundo investimentos efetuados.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$230,0 milhões, comparados aos R\$218,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$11,6 milhões ou 5,3% ocorreu em virtude renegociação com sucesso com clientes inadimplentes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$92,6 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$44,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$47,9 milhões ou 107,2% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das controladas da Rede Energia S.A. a Centrais elétricas do Pará - CELPA.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$114,1 milhões, comparados aos R\$193,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$ 79,8 milhões ou 41,2% é decorrente da utilização de

créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social para a quitação de juros e multas referente ao parcelamento instituído pela Lei 11.941/09.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$1.835,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 6,2%, em relação aos R\$1.728,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$107,2 milhões decorreu, principalmente, em virtude do programa Luz para Todos que conecta clientes em lugares distantes.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$167,4 milhões, comparados aos R\$209,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R\$42,0 milhões ou 20,1%, devida à liquidação do parcelamento de energia comprada junto a FURNAS em que no exercício de 2008 estava avaliada em R\$ 34,1 milhões.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$ 169,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$ 39,6 milhões, em relação aos R\$ 130,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de 30,4 % ocorreu principalmente devido aos impostos correntes em razão do aumento da receita.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$320,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$ 79,2 milhões em comparação aos R\$ 241,6 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 32,8% ocorreu devido (i) à migração dos vencimentos de longo para o curto prazo da Companhia, e (ii) aos encargos sobre as parcelas de curto prazo da Companhia.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 79,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$ 128,7 milhões em relação aos R\$ 208,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 61,8% é decorrente de dois fatores, (i) amortização dos parcelamentos com os créditos oriundos de prejuízos fiscais, instituídos pela Lei 11.941/09, e (ii) amortização de encargos.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$ 714,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve uma redução de R\$ 79,1 milhões em comparação aos R\$ 793,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal redução de 10% está refletida principalmente em transferências de parcelas de empréstimos e financiamentos para o curto prazo e pela variação cambial.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$42,1 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 2,2 milhões ou 5,5% decorreu da apropriação de juros no exercício.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$143,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de R\$13,3 milhões, em relação aos R\$157,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 8,5% é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.252,4 milhões, comparados aos R\$1.129,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$123,0 milhões ou 10,9% foi devido a dois fatores, (i) a realização da reserva de reavaliação no período de R\$25,8 milhões, e (ii) a retenção de lucros para a reserva de investimento no valor de R\$140,5 milhões.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2009, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 292,8 milhões, comparados aos R\$318,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$25,8 milhões ou 8,1% é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparadas com 31 de dezembro de 2007

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2008, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$ 40,3 milhões, comparados a R\$ 80,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal diminuição de R\$ 39,8 milhões ou 49,7% ocorreu, principalmente, em decorrência da aplicação dos recursos em investimentos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$360,1 milhões, comparados com R\$ 301,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$58,7 milhões ou 19,5% ocorreu principalmente, em virtude do aumento do faturamento, porém se comparado com o exercício de 2008 a relação existente de consumidores por receita sofreu uma pequena melhora.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da PCLD é de R\$18,6 milhões, comparados com R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando uma redução de R\$ 3,2 milhões ou 15,1% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos consumidores.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$ 15,4 milhões, comparado a R\$ 30,1 milhões de 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$ 14,7 milhões ou 48,8% ocorreu em decorrência do ajuste ao valor presente do ICMS a recuperar.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$218,4 milhões, comparados aos R\$ 227,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$ 9,0 milhões ou 3,9% ocorreu em virtude de uma melhor negociação juntos aos clientes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2008, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$44,7 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$ 46,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$ 1,5 milhões ou 3,3% decorreu da apropriação de juros no exercício.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$193,9 milhões, comparados aos R\$ 203,9 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal diminuição de R\$10 milhões ou 4,9% ocorreu principalmente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$ 1.728,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 25,6 %, em relação aos R\$ 1.376,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$ 352,1 milhões decorreu, principalmente, do programa Luz para Todos que conecta clientes em lugares distantes.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de fornecedores era de R\$209,4 milhões, comparados aos R\$192,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R\$ 17,1 milhões ou 8,9%, devida ao aumento de energia comprada no exercício de 2008.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$130,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$ 7,2 milhões, em relação aos R\$ 123,1 milhões de 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de 5,8 % ocorreu principalmente devido aos impostos correntes em razão do aumento da receita.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$ 241,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, um crescimento de R\$195,2 milhões em comparação aos R\$ 46,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal

aumento de 420,7% ocorreu devido, (i) à migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, e (ii) aos encargos sobre as parcelas de curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 208,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal redução foi de R\$17,1 milhões em relação aos R\$ 225,4 milhões de 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de 7,6 % é decorrente da amortização dos parcelamentos do PAEX e transferência para o curto prazo.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$ 793,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve um aumento de R\$ 224,4 milhões em comparação aos R\$ 568,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento está refletido principalmente pelas captações junto a Eletrobrás e a liberação de uma tranche do BID.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2008, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$ 39,9 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$39,6 milhões decorreu da captação R\$ 39,0 milhões junto a outras controladas da Rede, principalmente, Companhia Energética do Estado do Tocantins (“CELTINS”) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (“ENERSUL”).

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 157,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um decréscimo de R\$12,7 milhões, em relação aos R\$169,9 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de 8,1 % é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2008 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.129,4 milhões, comparados aos R\$ 1.063,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$ 66,0 milhões ou 6,2% foi devido à retenção de lucros para a reserva de investimento no valor de R\$ 79,1 milhões.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2008, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 318,6 milhões, comparados aos R\$ 343,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de R\$ 24,5 milhões ou 7,1% é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem a distribuição de energia no Estado do Mato Grosso como sua fonte de receita.

Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

	2009	2008	2007
Receita Bruta	2.192,9	1.997,4	1.830,2
Deduções	(828,6)	(747,8)	(701,3)
Receita líquida	1.364,3	1.249,6	1.128,9

R\$ (MM)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais, parte significativa das oscilações nos itens mencionados na sessão 10.2.a.ii afetará adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a demonstração de resultados da Companhia. Este efeito decorre do mecanismo de constituição de contas patrimoniais ativas e passivas de CVA, onde diferenças positivas ou negativas entre as tarifas cobradas e os custos incorridos pela Companhia são controladas para repasse às tarifas no cobradas dos consumidores, no ciclo tarifário seguinte aquele em que ocorreram as variações.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedades por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangível foram submetidos a teste de “*impairment*”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- Os contratos de arrendamento mercantis, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº. 554/2008;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva da operação, conforme Deliberação nº. 556/2008;
- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM nº. 564/2008, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” ;

- A Companhia possui diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de swap, pelo valor justo por meio do resultado, conforme Deliberação CVM nº. 566/2008;
- A Companhia não procedeu, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme facultado na Deliberação CVM nº. 565/2008.

b. Efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 577/09 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23): A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas

atuais da Companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 611/09 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor não contém ressalvas, apenas uma ênfase que reproduzimos a seguir:

Conforme detalhado na nota explicativa nº 38, a Companhia, por entender que informações relevantes não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD interpôs recurso contra o resultado apresentado pela Aneel na Resolução Homologatória nº 784 de 24 de março de 2009. Portanto, é entendimento dos Especialistas e Assessores Jurídicos da Companhia que o componente financeiro apresentado (passivo regulatório) na Nota Técnica nº 118 de 31 de março de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 794, de 7 de abril de 2009, como ajuste financeiro oriundo da segunda Revisão Tarifária Periódica deve ser anulado e, como consequência, não foi registrado como passivo regulatório nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2009.

A Administração considera boas as chances de êxito do citado recurso administrativo e avaliará o ajuizamento de ação judicial caso o julgamento deles pela ANEEL não sejam satisfatório.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia revisa tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para passivos contingentes;
- Plano de suplementação de aposentadoria e pensão;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Redução do Valor Recuperável dos Ativos;
- Derivativos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerando suficiente pela administração da Companhia. A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., possui

um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela companhia dos valores provisionados, na hipótese da companhia ser vencida nas ações.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia optou pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Redução do Valor Recuperável dos Ativos: Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.

Derivativos: A Companhia firma contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco às atividades da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não Aplicável

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não Aplicável

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

R\$ mil	2.009	2.008	2.007
Programa Luz Para Todos / Universalização	129.747	224.133	174.479
FNDCT / EPE / PEE / P&D	13.409	11.906	11.849
Sub-rogação CCC	42.491	124.640	94.040
Manutenção e melhorias do sistema	17.557	237.614	228.634
Total	203.204	598.293	509.002

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2009, a Companhia investiu R\$ 129,7 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 13,4 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e

operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Sub-Rogação CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$ 42,5 milhões em 2009.

Manutenção e Melhorias no Sistema: são investimentos para atendimento do crescimento vegetativo do mercado, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 17,6 milhões em 2009.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Eletrobrás

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos

serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Participação Por Entidade - %	CEMAT
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	40%
RGR – Eletrobrás	35%
Participação Estado – Fundo perdido	10%

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não Aplicável

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não Aplicável

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não Aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 12,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico,

por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;

5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;

6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

7. Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$167.022 (Cento e sessenta e sete milhões, vinte e dois mil).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Proposta da Administração consiste na distribuição de R\$ 39.668 aos acionistas da sociedade, a título de dividendos e de juros sobre o capital próprio, a serem declarados, aprovados e pagos da seguinte forma:

- a) R\$ 15.018, a título de dividendos, sendo R\$ 0,11858794 por ação ordinária e R\$ 0,13044673 por ação preferencial;
- b) R\$ 29.000, deduzindo-se o Imposto de Renda na Fonte de 15% no montante de R\$ 4.350, perfaz a importância líquida de R\$ 24.650, a título de juros sobre o capital próprio, sendo R\$ 0,19465107 por ação ordinária e R\$ 0,21411618 por ação preferencial, exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberão pelo valor bruto declarado, de R\$ 0,229001260 por ação ordinária e R\$ 0,251901390 por ação preferencial.

Os juros sobre o capital próprio foram deliberados em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08/02/2010, os quais foram creditados contabilmente em 31/12/2009 e serão imputados integralmente aos dividendos do exercício de 2009, pelo valor líquido, conforme acima exposto.

O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio serão realizados na forma e época determinadas pela Diretoria, até dezembro do corrente ano de 2010.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração é de distribuir R\$ 39.668 (R\$ 15.018 referente a dividendos e R\$ 24.650 a juros sobre o capital próprio), que equivale a 25% do lucro líquido, após reserva legal (5%), do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

R\$ 15.018, a título de dividendos, sendo R\$ 0,11858794 por ação ordinária e R\$ 0,13044673 por ação preferencial;

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos será realizado na forma e época determinadas pela Diretoria, até dezembro do corrente ano de 2010.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e

juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos os acionistas da Companhia inscritos na data da realização da Assembléia Geral Ordinária, ou seja, 29/04/2010.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	<u>2.006</u>	<u>2.007</u>	<u>2.008</u>	<u>2.009</u>
Lucro Líquido (R\$ mil) :	83.779	98.670	84.561	167.022
Quantidade de Ações :	105.534.853	118.853.305	118.853.305	118.853.305
Lucro Líquido por ação (R\$):	0,79	0,83	0,71	1,41

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2008 - AGO 2009	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,043012	1.764
Ações preferenciais	77.835.530	0,047313	3.683
Total	118.853.305		5.447

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2007 - AGO 2008	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	36.421.410	0,019110	696
Ações ordinárias (pro-rata)	4.596.365	0,002882	13
Ações preferenciais	69.113.443	0,021021	1.453
Ações preferenciais (pro-rata)	8.722.087	0,003170	28
Total	118.853.305		2.190

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2007 - AGO 2008	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	36.421.410	0,174541	6.357
Ações ordinárias (pro-rata)	4.596.365	0,026322	121
Ações preferenciais	69.113.443	0,191995	13.269
Ações preferenciais (pro-rata)	8.722.087	0,028954	253
Total	118.853.305		20.000

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2006 - AGO 2007	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	36.421.410	0,008893142	324
Ações preferenciais	69.113.443	0,009782456	676
Total	105.534.853		1.000

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da

Lei 6.404/76.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do Lucro Líquido no exercício de R\$ 167.022, constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base, resultando em R\$ 8.351.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do estatuto social da companhia, e no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do presente exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Vide resposta completa no item e. abaixo.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação

preferencial de cada classe

A proposta da administração para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, ainda a ser objeto de deliberação em Assembléia Geral Ordinária, é conforme segue:

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	Propostos - 2009	
		<u>Vr. por ação</u> <u>R\$</u>	<u>Totais</u> <u>R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,11858794	4.864
Ações preferenciais	77.835.530	0,13044673	10.154
Total	118.853.305		15.018

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	Propostos - 2009	
		<u>Vr. por ação</u> <u>R\$</u>	<u>Totais</u> <u>R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,22900126	9.393
Ações preferenciais	77.835.530	0,25190139	19.607
Total	118.853.305		29.000

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no Art. 8º e Art.34 do estatuto social da companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos propostos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Lucro líquido no exercício	167.022
Reserva legal (5%)	-8.351
Base de cálculo para dividendos mínimos	158.671
Percentual sobre o lucro	25%
Dividendo mínimo obrigatório	39.668
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	
Dividendos	15.018
Juros sobre o capital próprio	29.000
Imposto de renda retido na fonte	-4.350
Total	39.668

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os juros sobre o capital próprio foram creditados contabilmente em 31 de dezembro de 2009 e serão imputados integralmente aos dividendos do exercício de 2009, e o pagamento será definido em data a ser deliberado na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 33 alínea h que, o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a retenção, a título de reserva de investimentos, o montante de R\$ 140.472.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante levado à reserva de investimentos refere-se à parte do lucro líquido e da realização da reserva de reavaliação do exercício de 2009, após deduzidos a reserva legal e os valores propostos de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido no exercício	167.022
Realização da reserva de reavaliação	25.819
Reserva legal (5%)	(8.351)
Dividendo propostos	(15.018)
Juros sobre o capital próprio propostos	(29.000)
Reserva de investimentos	<u>140.472</u>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**3. ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012**

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Alberto José Rodrigues Alves	66	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Antonio da Cunha Braga	62	Administrador de empresas	266.514.758-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Sebastião Bimbati	76	Economista	008.653.388-68	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Atilano de Oms Sobrinho	67	Advogado	000.848.409-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	65	Administrador de empresas	026.939.257-20	Conselheiro Administrativo	ELETROBRÁS	N/A
Octávio Tavares de Oliva Filho	51	Engenheiro Agrônomo	057.619.868-41	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Milton Henriques	32	Contador	859.351.741-20	Conselheiro Administrativo	Representante Empregados	N/A
Carmem Campos Pereira	41	Administradora de empresas	111.333.448-79	Conselheiro Administrativo	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores

(*) N/A – Não aplicável

CONSELHO FISCAL

DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010

PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2011

Item 12.6. - Tabela

NOME	DADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Rubens Gerigk	43	Contador	610.072.779-04	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	68	Engenheiro	010.320.708-20	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	81	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	49	Economista	809.458.807-15	Conselheiro Efetivo	ELETROBRÁS	N/A
Alcides Bueno Filho	47	Administrador de empresas	354.170.139-00	Suplente	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	55	Engenheiro	642.752.998-68	Suplente	Sim	N/A
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador de empresas	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A
Sônia Regina Jung	60	Advogada	233.339.799-34	Suplente	ELETROBRÁS	N/A

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Resposta: A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Item 12.8 (a) (i e ii). CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Juruena Energia S.A., Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-Presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

ANTONIO DA CUNHA BRAGA

Data de nascimento: 18 de julho de 1947

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Marília – UNIMAR, eletrotécnico formado pelo Instituto Americano de Lins e pós-graduado em Administração Geral pela USP. Trabalha na Rede Energia S.A há 35 anos.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Atualmente é membro do conselho de administração da Rede Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT

SEBASTIÃO BIMBATI

Data de Nascimento: 25 de janeiro de 1934

Formado em Economia pela Faculdade Armando Álvares Penteado - SP - 1961

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração de várias empresas desde 1995. Foi Gerente Financeiro e Contábil da Companhia Energética de São Paulo.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Rede Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, Companhia Força e Luz do Oeste, Tangará Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., Couto Magalhães Energia S.A.

ATILANO DE OMS SOBRINHO

Data de nascimento: 26 de agosto de 1943

Formado em Direito pela Faculdade de Curitiba

Eletrotécnica – Instituto Politécnico Estadual - IPE

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Diretor Geral da Inepar S.A. - 1978/89

Diretor Presidente da Holding – Inepar Administração e Participação – Desde 1984

Presidente da Inepar S/A – Desde 1989

Membro do Conselho de Administração do Grupo Inepar. – 1978/89.

Membro do Conselho de Administração da QMRA Participações S/A.

Diretor Vice-Presidente da QMRA Participações S/A.

Presidente do Conselho de Administração da Inepar S/A – Desde 1989

Presidente da IESA – Desde 2003

Conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE

Conselheiro do Conselho Superior da Associação Comercial do PR

Conselheiro da ABDIB

Membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Matogrossenses
S.A - CEMAT

ARISTÓTELES LUIZ MENEZES VASCONCELLOS DRUMMOND

Data de nascimento: 22 de novembro de 1944

Jornalista Profissional registrado na categoria de redator na DRT/RJ – sob nº12590

Profissional de Relações Públicas registrado no Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas – 1ª Região sob nº 1784

Administrador registrado no Conselho Regional de Administração – RJ sob o nº 20.3074-9

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

No Setor Elétrico

Diretor de Administração da LIGHT S/A - (1985) e (1987 a 1996).

Presidente do COGE – Comitê de Gestão Empresarial no Setor de Energia Elétrica -(1994/1996).

Membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte (1996/2003).

Membro do Conselho de Administração da Manaus Energia S/A - (1997/2003).

Membro do Conselho de Administração da Boa Vista Energia S/A - (1997/2003).

Membro do Conselho Fiscal da CEMIG - (1995/2006). Eleito Presidente do Conselho.

Membro do Conselho de Administração da CEAM - (2005).

Membro do Conselho Fiscal da LIGHT - (2006).

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT

OCTÁVIO TAVARES DE OLIVA FILHO

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959

Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista-UNESP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoril Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor

Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo

Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000 – Diretor Geral

Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo

EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente

FIESP – 2002/2004 – Conselheiro

CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro

ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA

Membro do Conselho de Administração da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul -

ENERSUL

MILTON HENRIQUES DE CARVALHO FILHO

Data de Nascimento: 19 de agosto de 1977

É contador formado pela Universidade Federal do Mato Grosso(1999/2002). Fez Pós Graduação em Auditoria Contábil na Universidade Federal do Mato Grosso (2002) e MBA em Controladoria, Auditoria e Gestão financeira pla Faculdade Getúlio Vargas.

EXPERIÊNCIA PROFSSIONAL: empregado da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - Cemat na diretoria de contabilidade desde 01/02/2000.

CARMEM CAMPOS PEREIRA

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A, Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A, Juruena Energia S.A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL.

Diretora Vice-Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Elucid Partners S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membra do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS EFETIVOS

RUBENS GERIGK

Data de Nascimento: 16 de julho de 1966

Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Cruz de Curitiba-PR.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Atualmente é sócio Administrador da MASTERS Assessoria Contábil Ltda; Analista Contábil – INEPAR S/A Indústria e Construções – 23/02/83 a 30/09/03.

Membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT

FERNANDO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO

Data de Nascimento: 08 de Outubro de 1942

Engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá – 1966

Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas – 1972

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Assessor da Diretoria do Grupo Rede – desde 1995;

Membro do Conselho Administração da Itamarati Norte S/A Agropecuária;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA;

Membro do Conselho de Administração da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;

Membro Suplente do Conselho de Administração da Tangará Energia S.A.;

Membro do Conselho Administração da Caiuá Serviços de Eletricidade S/A;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT;

Consultor do Grupo Vicunha e do Banco Safra para assuntos de privatização – 1994/1995;

Assessor do Secretário na Secretaria de Planejamento e Gestão de São Paulo – 1994/1995;

Coordenador de Recursos Hídricos da Secretário de Recursos Hídricos Saneamento e Obras São Paulo – 1993/1994;

Coordenador de Energia da Secretaria de Energia e Saneamento, São Paulo – 1992/1993;

Diretor de Concessões do Dep. Nacional de Águas e Energia Elétrica -DNAEE – 1991/1992;

Diretor do Departamento de Energia do Instituto de Engenharia de São Paulo – 1993;

Consultor do Grupo Rede – 1988-1995;

Vice-Presidente Executivo da Cia. Nacional de Energia Elétrica – 1985/1988;

Vice-Presidente Executivo da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A - 1983/1984;

Diretor Financeiro do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE – 1980/1983;

Chefe do Departamento de Investimentos da Eletrobrás – 1979/1980;
Diretor Adjunto de Controle da CESP – Cia. Energética de São Paulo - 1978/1979;
Diretor Financeiro da Cia. Paulista de Força e Luz – 1975/1978;
Consultor da Diretoria do Banco Auxiliar de São Paulo S.A. 1972/1975;
Chefe da Divisão de Custos do Banco Itaú S.A. 1971/1972;
Engenheiro da Divisão de Manufatura da FORD do Brasil S.A. 1967/1971.
Atualmente é Membro do Conselho Fiscal da REDE Energia S.A. (atual denominação social de Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. e Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A.) e Conselheiro Curador da Fundação Aquarela.

KLEBER CIMINI LAGE

Data de Nascimento: 06 de agosto de 1943

Engenheiro Eletricista, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás - 1968

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Levantamentos de potenciais hidrelétricos no norte do Estado de Goiás, (hoje Tocantins), coordenação, fiscalização e Projetos de redes de distribuição e de linhas de transmissão - Centrais Elétricas de Goiás S/A - 1968/75.- Diretor Técnico e Diretor Geral do Departamento Estadual de Água e Energia Elétrica do Estado de Goiás – 1975/78.- Diretor de Operações da Centrais Elétricas de Goiás S/A – CELG – 1979/83. Assessor da Diretoria de Operações da ELETRONORTE – 1983. Diretor do 8º.Distrito do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE – 1986/91.- Diretor de Planejamento da CELTINS – Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – 1991/95.- Coordenador dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico Lajeado Montante, pela CELTINS. – 1995/98 - Diretor da Investco S/A – 1998/2003; Assessor do Grupo Rede – 2003/2006.

Membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA; Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA

Data de Nascimento: 05 de dezembro de 1929

É engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952).

Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal da Rede Energia S.A desde abril de 2006. É também membro do conselho fiscal da CELPA, CEMAT e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco.

CAROL SAMPAIO DIOGO DE SIQUEIRA

Data de nascimento: 20/05/1961

Formação Acadêmica

Economista – Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

Chefe da Divisão de Administração de Contas a pagar e receber – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

– MEMBROS SUPLENTE

ALCIDES BUENO FILHO

Data de nascimento: 05/08/1962

Formação Acadêmica:

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade Positivo de Curitiba-PR

MBA – Ibmec em Administração de Negócios

Pós Graduação em Administração Financeira – CDE/FAE (Centro de Desenvolvimento Empresarial)

Pós Graduação em Administração da Produção – CDE/FAE (Centro de Desenvolvimento Empresarial)

Experiência Profissional:

Administrador de Empresa de TV por Assinatura - atual

Gerente Geral da NET de Londrina -PR

ANTONIO CARLOS DE PAULA

Data de nascimento: 16/09/1954

Formação Acadêmica:

Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP

Gerenciamento de empreendimentos objetivando o controle físico e financeiro

Contabilidade e finanças para executivos não financeiros

Análise de Balanço e avaliação financeira

Universidade de Mogi das Cruzes – Mogi/SP

Engenharia elétrica & Operacional em eletrônica Gerenciamento de Empreendimentos – Controle Físico e Financeiro – Fundação Getúlio Vargas

Contabilidade e Finanças para Executivos não Financeiros – Análise de Balanço e Avaliação Financeira - Fundação Getúlio Vargas

Experiência Profissional

Atual – ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES – São Paulo/SP

Gerente de Projetos

Gerenciamento de projetos de telefonia celular, acompanhamento físico financeiro e estratégia de novos negócios.

Exercida – ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES – São Paulo/SP

Gerente de Filial de Salvador

Gerenciamento de implantação uma nova rede de telefonia celular para Operador da Banda B

MEMBRO:

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI – USA

Gerenciamento de empreendimento.

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Rede Energia S.A.

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Empresa de Eletric.Vale Paranapanema S/A

OSMAR JOSÉ VICCHIATTI

Data de nascimento: 13/11/1941

Formação Acadêmica:

Graduado em Administração de Empresas pela USF (1975)

Graduado em Ciências Econômica pela USF (1976)

Experiência Profissional

Presidente do FUNREDE

Coordenador Geral da área privada do Grupo Rede

Diretor da Empresa Elétrica Bragantina S/A.

Diretor da Companhia Força e Luz do Oeste

Membro do Conselho de Administração da Rede Energia S/A.

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Empresa de Eletric.Vale Paranapanema S/A

ANNIBAL RIBEIRO DO VALLE FILHO

Data de nascimento: 30/04/1951

Formação Acadêmica:

Engenheiro Civil – Graduado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Pós-graduação - CEAG/FGV - Curso de Especialização em Administração para Graduados da Fundação Getúlio Vargas, com ênfase em Administração Contábil e Financeira, concluído em 1981

Experiência Profissional

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Professor da Escola de Engenharia de Alfenas/MG;

Gerente Técnico da Construtora Beter S/A, período 1975 a 1981;

Gerente de Planejamento, Orçamento e Controle da Badra S/A, período 1982 a 1995;

Sócio Gerente da empresa Planorc Serviços de Engenharia S/S Ltda, desde 1995 até a presente data.

SONIA REGINA JUNG

Data de nascimento: 05/07/1950

Formação Acadêmica:

Graduada em Direito pelo Instituto Metodista Beneti.

Experiência Profissional

Chefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia

Assistente da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás

Assistente da Diretoria Financeira da Eletrobrás

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

– CEMAT

a. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

a. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Resposta: Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Resposta: Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Resposta: Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não há

4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)

(Valores expressos em reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2010, a Companhia propõe o montante global de até R\$4.177.212,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$970.912,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$800.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$170.912,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$2.963.500,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$1.600.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$750.000,00, correspondente à

remuneração variável, R\$100.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$513.500,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$242.800,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$200.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$42.800,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por remuneração fixa mensal e remuneração variável de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia, além de benefícios, tais como, veículo, combustível, celular, garagem, check-up e assistência médica.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 23,24% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 19,15%

Encargos: 4,09%

Diretoria: 70,94% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 38,30%

Remuneração Variável: 17,96%

Benefícios: 2,39%

Encargos: 12,29%

Conselho Fiscal: 5,82% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 4,80%

Encargos: 1,02%

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho. A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a

remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)
--

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.262.196,98	154.200,00	2.088.396,98
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.196.000,00	154.200,00	2.022.200,00
Benefícios diretos e indiretos	-	66.196,98	-	66.196,98
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável		379.827,48	25.700,00	405.527,48
Bônus		379.827,48	25.700,00	405.527,48
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.642.024,46	179.900,00	2.493.924,46

Remuneração prevista para o Exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	Até 7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	700.000,00	1.700.000,00	200.000,00	2.600.000,00
Salário ou Pró-labore	700.000,00	1.600.000,00	200.000,00	2.500.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	100.000,00	750.000,00	-	850.000,00
Bônus	100.000,00	750.000,00	-	850.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	800.000,00	2.450.000,00	200.000,00	3.450.000,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	5	5	19
c. Em relação ao Bônus:	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração prevista para o exercício social de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	Até 7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	100.000,00	750.000,00	-	850.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2009.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
Companhia	<i>ON</i>	12.079	<i>ON</i>	0	<i>ON</i>	1.916
	<i>PN</i>	105	<i>PN</i>	0	<i>PN</i>	0
Controlador Rede Energia S.A	<i>ON</i>	8.000	<i>ON</i>	15	<i>ON</i>	5
	<i>PN</i>	765	<i>PN</i>	15	<i>PN</i>	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade

- ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações

- ii. preço médio ponderado de aquisição
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	1
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefício CEMAT OP e Plano de Risco
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	360.974,81
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	36.000,00
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	420.000,00	60.000,00	240.000,00

(*) São 5 membros em exercício e dois cargos vagos.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	30.840,00	30.840,00	30.840,00

Em relação à Proposta para o Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	480.000,00	276.000,00	378.000,00

(*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho

fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	27,98	65,84	6,18

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)
--

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração fixa	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CELPA				
Remuneração fixa	144.000,00	300.000,00	51.000,00	495.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração fixa	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável.